

Editorial - Para que serve a antropologia (em tempos de Covid-19)?

A história da antropologia feita no Brasil tem sido caracterizada por um compromisso político e social com as populações e coletivos com os quais antropólogas e antropólogos têm se relacionado. Esse compromisso atravessa e constitui relações de compreensão sobre o mundo, participação em lutas e disputas, a tentativa de entender a distribuição diferencial do sofrimento e dos privilégios que organizam as possibilidades de enunciação e seus efeitos no tecido social. Não tão pacificada, esse aspecto fundador do modo como desenvolvemos nosso ofício vez ou outra retorna a partir de problematizações em torno de uma antropologia aplicada *versus* uma antropologia engajada, ou mesmo dos limites entre fazer etnográfico e militância. Em suma, parte-se de uma possibilidade de separação (quicá radical) entre política e epistemologia, ou entre modos de conhecer e a extensão social dos modos de conhecer que em última instância, tem se revelado cada vez mais emaranhada e entranhada.

De uma maneira distinta das tradições de conhecimento que colonizaram nossa disciplina, a exemplo daquelas de origem estadunidense e francesa, a antropologia feita no Brasil tem se caracterizado, em grande medida, pelo modo como a diferença opera aproximações e distanciamentos, conforme argumenta Mariza Peirano (1999). Na perspectiva da autora, é possível destacar quatro categorias de relação - “alteridade radical”, “contato com a alteridade”, “alteridade próxima” e “alteridade mínima” - que permitiram a conformação de um conhecimento em que a experiência e o instrumental etnográfico partem das experiências espacialmente localizadas nos limites do território nacional e relacionalmente pela partilha de certos atributos. A produção das relações em campo e nosso engajamento como pesquisadoras ou pesquisadores partem assim de uma relação de partilha do tempo e espaço, que instauram a coetaneidade (FABIAN, 1983), ou seja, o reconhecimento de que dividir um mesmo tempo e espaço é condição fundamental de nossos projetos de conhecimento.

A proximidade colocada por nossa relação com os interlocutores e interlocutoras de pesquisa, no contexto de uma disciplina ainda marcada por traços elitistas e que busca com dificuldade desatar-se dos nós do colonialismo retoma algumas questões centrais: quem faz a antropologia? Para que ela serve? Como a sociedade pode valer-se do conhecimento antropológico? Se considerarmos o ambiente político estabelecido nas últimas duas décadas, as questões ganham ainda mais relevância. Como pensar o contraste entre expansão do ensino superior, da pós-graduação e da ciência e tecnologia com o movimento de deslegitimação do fazer científico e do conhecimento produzido por especialistas, assim

como a suspeição sobre as próprias instituições de pesquisa, como tem se visto nos últimos anos – especialmente, a partir de 2019?

A construção de uma ciência social pautada pela tentativa de produção de modelos interpretativos a partir da noção de diferença, como supunha Lévi-Strauss, parece estar tensionada pelos limites e potencialidades dessa antropologia marcada pela alteridade próxima. Essa tensão só pode ser compreendida quando consideramos os fluxos de transformação pelos quais a universidade vem passando com a participação de atores políticos que costumavam ser interpelados apenas como objetos do conhecimento, raramente como sujeitos. A produção de um saber científico que responda às demandas do agora aproxima-se também da formulação de um conhecimento localizado (HARAWAY, 1995), em torno do qual as categorias que constituem o sujeito ou são por ele produzidas importam tanto para a inteligibilidade do conhecimento antropológico quanto as experiências e relatos etnográficos descritos. Esses procedimentos descritos por Marcia Ochoa (2004) como um movimento de localização não são mais um mero detalhe relegados às notas de rodapé ou advertências iniciais. Eles constituem nossas práticas de conhecimento, análises e, em última instância, de mundos.

A crise instaurada pela pandemia também aponta para uma problemática de relevo da Antropologia: a complexa relação entre natureza e cultura, cidade e floresta, humanos e não humanos. A crise, sugere Fassin (2020), mais que sanitária, é uma crise da vida como a conhecemos. A necessidade acelerada de consumo e de produção a qualquer custo acentua o dualismo e oposição destes termos acima. No entanto, com o avanço do projeto colonial expropriador e extrativista perpetrado pela mentalidade do capitalismo exploratório sobre todo e qualquer modo de vida que resista e fuja da sua captura, se evidencia a necessidade de questionarmos cotidianamente os limites deste projeto, bem como, se empoderar, engajar e aprender com os mais diversos saberes.

Contextos como os que temos vivenciado ao longo do ano de 2020 retomam o problema da precariedade, como colocado por Judith Butler (2006). Ou seja, essa condição particularmente complexa que ao mesmo tempo que nos une a todos e todas também se distribui de modos distintos entre determinados segmentos, sobretudo se levarmos em consideração o processo de exposição contínua à violência e à morte. A situação de pandemia em face ao novo coronavírus (Sars-Cov-2) e à Covid-19 decretada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 sinalizava uma experiência de escala sem precedentes nesta geração. A pandemia não se tratava de uma experiência fundamentalmente nova: gripe espanhola, e Aids, por exemplo, são registros da nossa relação recente com estes fenômenos. Contudo, frente a intensificação dos fluxos transnacionais, da mobilidade e da circulação internacional de pessoas, produtos e bens, a disseminação de um vírus com alto grau de contágio se tornou uma questão de relevância global. No escopo dessa mobilidade

transnacional constituem-se marcações de classe e capital cultural centrais para o entendimento da pandemia e seus efeitos. Esses efeitos incluem também a produção de moralidades, acordos pragmáticos não verbalizados, protocolos sanitários e sistemas classificatórios para avaliar a possibilidade de receber pessoas de outras nacionalidades ou de regiões nas quais a gestão política e epidemiológica da pandemia eram interpretadas com preocupação com suspeição.

Até a finalização deste ensaio os dados oficiais apontavam que mais de tinta e três milhões de pessoas em todo o mundo haviam sido infectadas pelo novo coronavírus. Desse total, mais de 1 milhão de pessoas faleceram. Com todo o processo de subnotificação e mascaramento de dados, a inabilidade de uma resposta coordenada para contenção da pandemia, a disseminação de informações falsas e a situação de desamparo e desolação frente a ausência de uma resposta institucional e estatal efetivas, no Brasil foram registrados mais de cento e quarenta mil mortes. Mais que números, foram irmãos, amigos, filhos, avós e avós, colegas de trabalho, amigos de infância, trabalhadoras e trabalhadores. Pessoas com histórias diversas marcadas por alegrias, dores, sofrimento e que deixaram para trás entes queridos. Muitos desses sequer tiveram a chance de prestar seus sentimentos ou realizar os ritos apropriados que permitiriam a transformação da memória desses entes em um outro nível de registro, seguindo suas práticas culturais, tradições e regimes de conhecimento. Próximo a esses que partiram ou tiveram recusada a possibilidade de despedida, ficaram outros tantos que tiveram suas vidas transformadas pelo isolamento em suas casas. Muitas dessas casas, aliás, sem qualquer condição para atender aos tão refinados protocolos de distanciamento social que os órgãos sanitários preconizavam: os ritos da higiene, do espaço individual, da distância.

Esses eventos nos fazem considerar que a pandemia não foi (aliás, não é, já que não chegamos ao fim) uma experiência única. Ao contrário, ela é marcada por profundas relações de desigualdade e de modos de exposição distintos à morte, à dor, ao sofrimento e às possibilidades de produzir medidas efetivas para preservação da vida. Ainda que a dor e a morte sejam eventos naturais, as experiências do sofrimento e do morrer são constructos fundamentalmente sociais e culturais, que encontram um lugar no processo histórico e no modo como coletividades específicas constroem interpretações também específicas. Foi na tentativa de compreender essas especificidades que em abril de 2020 a Comissão Editorial da Cadernos de Campo, então composta por Aline Ferreira Oliveira, Carolina Parreiras, Marina Ghirotto Santos, e Thiago Oliveira, propôs uma chamada com o objetivo de refletir sobre os modos pelos quais a Covid-19 impactaria os campos da antropologia e, inversamente, como o fazer antropológico poderia ajudar a compreender a pandemia e tudo o que ela pode engendrar. Nosso interesse era pensar os modos pelos quais as populações com as quais antropólogas e antropólogos têm conduzido suas pesquisas estavam

interpretando, relacionando-se e produzindo respostas para essa situação de aflição partilhada em escala global. Complementar a isso estava também nosso interesse de refletir sobre como o instrumental teórico e metodológico que temos a nossa disposição poderia ser adaptado ou transformado para lidar com a situação e, eventualmente, colaborar com nossos interlocutores e parceiros de pesquisa.

Como sugere Didier Fassin (2007), a alteridade e o interesse pelo outro são elementos centrais no projeto de conhecimento disciplinar que tem orientado a interface entre a crítica e o público da Antropologia. Essa preocupação pública tem especial relevo em contextos como os vividos atualmente, em que incertezas e ansiedades constituem o ambiente político e social, tornando-o pouco legível. Nas palavras do autor:

[F]azer as coisas deste mundo um pouco mais inteligíveis, especialmente quando elas parecem opacas, incompreensíveis ou irracionais, pode torná-las menos injustas, inelutáveis ou inaceitáveis. Colocando as questões de modo mais franco (em termos durkheimianos), estou convencido de que as ciências sociais não valeriam um momento de atenção ou trabalho se não tivessem um papel político. (FASSIN, 2007, p.xxiii).

Esse papel político, ou efeito público da Antropologia assume, nos termos de Fassin, contornos não de uma condescendência ou posição de exterioridade intelectual. A experiência social apresenta problemas que se desenvolve de modo complexo, a partir de relações com campos múltiplos e com efeitos que se estendem também sobre o modo de interpretá-los. A atenção a como essas relações se estabelecem é parte do exercício antropológico de problematização e constituem uma das principais possibilidades de contribuição antropológica para o debate público. A etnografia, essa atenção miúda, cultivada e construída pela partilha de um tempo e espaço com um grupo específico de interlocutores ao mesmo tempo nos desafia e impulsiona a pensar e colocar essas conexões sob escrutínio. A condição potencial de vulnerabilidade que constitui nossa precariedade e nos conecta deve orientar um projeto de conhecimento que esteja ciente de sua extensão e seja marcado por princípios fundamentais do direito à vida, à diferença e aos direitos humanos.

Se os efeitos públicos das Ciências Sociais não se fazem a partir de uma condescendência intelectual, menos ainda sem o manuseio de um denso arcabouço teórico e metodológico consensuado pela comunidade científica em seus múltiplos contextos, ela tampouco será feita sem os devidos investimentos que permitam a produção de ciência pública, de qualidade e acessível. Nesse aspecto, é notório, no caso brasileiro, a redução nos

investimentos direcionados tanto à Educação quanto à Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. Os cortes se tornaram mais severos a partir da aprovação do novo regime fiscal por meio da Emenda Constitucional 95, de 2016, que instituiu um teto de gastos e congelou o investimento em setores estratégicos para o desenvolvimento social e econômico por vinte anos, tornando-se um dos principais instrumentos de uma política de sucateamento de instituições centrais para dar uma resposta à pandemia, como unidades de saúde, hospitais e universidades. Estamos assim em consonância com Moutinho, Cesarino e Caiuby quando apontam que:

A pandemia do coronavírus exige exaustivamente de profissionais da saúde e seus saberes, mas essa está longe de ser uma crise de base exclusivamente sanitária. A crise política conclama os antropólogos e cientistas sociais a dimensionar os efeitos terríveis dos tempos atuais nas relações sociais, em suas dimensões estruturais e cotidianas. Os cortes no apoio financeiro às ciências nos últimos anos mostram os efeitos nefastos da estratégia que tem sido adotada. De positivo, este momento parece estar trazendo uma (re)valorização do SUS e um reforço à manutenção de um sistema público de saúde. (MOUTINHO; CESARINO; CAIUBY, 2020, p.7-8).

A despeito do desamparo governamental, especialmente em sua instância federal, instituições, pesquisadores e coletivos têm se mobilizado para construir alternativas e participar de gestão pública da pandemia. Ao custo de muitas horas de trabalho, reduzido investimento, infraestrutura aquém do necessário e ausência de uma ação coordenada que considere, inclusive, a potencialidade do fazer científico conseguimos alguns resultados significativos tanto na produção de insumos quanto na compreensão das assimetrias na experiência da pandemia que gerasse abordagens mais assertivas por parte do poder público.

A resposta da comunidade científica tem sido rápida e precisa, tanto em escala global, como no contexto de tradições disciplinares específicas, em especial no Brasil. Tão pronto a pandemia colocou-se como uma questão de saúde pública global, emergiram no debate público pesquisadores que exerceram um fundamental trabalho de comunicação e divulgação científica de modo a qualificar e oferecer elementos para uma melhor compreensão do pouco que se sabia sobre o novo coronavírus e sobre a Covid-19. Como efeito, em pouco tempo fomos instrumentalizados, com diferentes níveis de propriedade ou aprofundamento, de um léxico que incluía categorias como “curva de risco”, “notificação”,

“isolamento social”, “RNA” e outras categorias da estatística, da biologia e virologia, assim como da medicina e da saúde pública.

Acontece que as experiências de sofrimento se apresentam de modo desigual entre as pessoas. A suposição de um certo fazer científico que atribuía ao vírus a característica de não escolher vítimas acabava por esconder as distintas possibilidades de responder de maneira efetiva aos efeitos da pandemia. Quem pode ficar em casa e como? Quem vai sair para trabalhar? Quais mecanismos de transporte estão à disposição e que condições de proteção eles oferecerem? Assim, se a pandemia havia chegado ao país por meio de avião com passaporte carimbado desde a Europa, o modo como ela constrói uma trilha de contágio, de morte e dor é marcada por uma distribuição territorial que distingue os que se curam dos que morrem. Essa diferença nas possibilidades de responder satisfatoriamente só pode ser entendida quando consideradas categorias de diferenciação estruturantes da organização da sociedade, tais como gênero, raça, classe, geração e local de moradia, por exemplo.

As ciências sociais constituem assim um instrumento indispensável para entendermos a complexidade e as múltiplas pandemias a que grupos e coletividades constituídos por distintas experiências de precariedade estão expostos. No caso brasileiro observamos assim um emprego por parte de instituições, coletivos e entidades profissionais de participar do debate público nas suas diversas configurações. *Lives*, programas de TV, audiências públicas, conferências e seminários buscaram a aproximar o conhecimento antropológico constituído a partir de um apreço ao trabalho de campo minucioso à constituição de um ambiente político minimamente informado por material de qualidade produzido, na maior parte das vezes, com recursos públicos e de acesso livre. Em pouco tempo, acumulamos um acervo imenso de reflexões por meio de artigos, ensaios e falas registradas em áudio e vídeo que nos ajudam a traçar uma história da pandemia no passado recente, bem como identificar quais alternativas apresentadas para o debate, quais problemas foram colocados e quais consensos conseguimos produzir, não sem dificuldade.

Contudo a questão central que nos é colocada por nossos interlocutores e, por vezes, por nós mesmos persiste: para que serve a antropologia? Como essa antropologia que temos feito pode ser útil para pensar nossos próximos passos e, também, para honrar as vidas daqueles que se foram? A expectativa é que nesse volume suplementar que a Cadernos de Campo apresenta à comunidade acadêmica possamos elaborar juntos possíveis respostas para essa questão. Os trabalhos reunidos no volume devem ser lidos como um esforço coletivo produzido pelas autoras e autores aqui reunidos, mas também como um exercício de produção de um plano comum para o debate. Isso inclui a diversidade de materiais que vem sendo produzidos com o objetivo de difundir a produção antropológica. No contexto da Cadernos de Campo, deve-se considerar também o material produzido para as redes

sociais em que vários especialistas buscam recompor os processos de vulnerabilização a que grupos sociais diversos têm sido expostos a partir de múltiplas ações que reencenam violências e violações aos direitos humanos, à autodeterminação, à vida e ao território.

Como argumentado por Deanna Montgomery (2020), o engajamento na resposta à Covid-19 pode ter muitas formas, inclusive a impossibilidade de colaborar. Como cientistas, nossos comprometimentos são múltiplos e devem ser pensados tanto no escopo de como o conhecimento que produzimos pode somar aos esforços coletivos, quanto na eventual impossibilidade de constituir pontos de contato que não a observância das normas sanitárias. No fim, cientistas também são pessoas que morreram na tentativa de reduzir a dor e evitar a disseminação do vírus, são pessoas que perderam entes queridos e foram deixados aqui. Há alguns de nós que não poderão colaborar com seus conhecimentos e habilidades, e tudo bem.

Longe de uma pretensão utilitarista, buscamos avivar o ímpeto engajado e crítico que representa o melhor da nossa tradição disciplinar ao longo de sua história. Isso passa também por um exercício de cuidado daqueles que estão próximos de nós e por quem cultivamos relações de afeto e carinho.

A chamada publicada convidava os autores a refletir sobre as transformações e as reações produzidas pela pandemia com os grupos com os quais desenvolviam suas pesquisas. Ao fim do período de recepção dos textos, recebemos quase oitenta manuscritos assinados por cento e vinte autores. Esse fato pode parecer apenas um detalhe, mas ilustra duas questões importantes aqui: primeiro, o interesse da comunidade antropológica em participar do debate sobre os efeitos da pandemia e o modo como ela seria recebida em contextos múltiplos; segundo, um esforço difícil, de reflexão conjunta, muitas vezes caracterizado por parcerias interinstitucionais que poucas vezes vemos na nossa tradição, tão afeita à publicação monográfica a despeito dos espaços coletivos de elaboração do saber. Os trabalhos apresentavam-se em todas as línguas que a Cadernos de Campo recebe (inglês, espanhol, francês) e compunha realidades e experiências de pesquisa em contextos nacionais variados: Brasil, Argentina, Suécia, Peru, Colômbia, Chile, Espanha, Romênia, Polônia, Cabo Verde, Equador, Haiti. Além desses recortes nacionais, é de se notar a amplitude dos recortes temáticos e espaciais (saúde, rotinas burocráticas, migração, práticas de estado, sociabilidade urbana, arte, emoções; na cidades pequenas e metropolitanas, em quilombos, grandes centros urbanos e terras indígenas, em mídias digitais e redes sociais online), bem como dos interlocutores de pesquisa que foram privilegiados para interlocução (classes populares urbanas, quilombolas, povos indígenas, pessoas em situação de privação de liberdade ou em situação de rua, trabalhadoras sexuais, mães, entre outros).

Os trinta e três textos que constituem esse volume suplementar buscam assim produzir um panorama amplo que possa, a partir do instrumental viabilizado pela antropologia e pelas ciências humanas, colaborar com a compreensão das várias formas que

constituem a pandemia com uma experiência social diversa, com distintos modos de constituição a partir das perspectivas que se pode construir junto aos interlocutores em campo.

Analíticas possíveis

Uma das medidas iniciais para controlar o avanço da pandemia foi a recomendação de evitar contato físico em vista do alto grau de contágio do novo coronavírus. Nesse contexto, proximidade, distanciamento e isolamento passaram a constituir tanto um vocabulário familiar, como instrumentos de política pública em saúde. A imagem de perigo da proximidade e o contato figuram, contudo, em um histórico mais amplo de outras coletividades e povos em suas experiências com processos de saúde-doença e violências.

No escopo dessas questões os artigos de Thiago Benucci e Daniel Jabra (2020), de Juliana Oliveira Silva (2020), de Marina Souza (2020) tentam avaliar as alternativas e repostas indígenas frente à pandemia. No caso de Benucci e Jabra (2020), a partir do contato estabelecido em situações de pesquisa anteriores, os autores abordam a estratégia Yanomami de sair para o mato como um exercício de preservação do corpo e da vida. Por sua vez, Sousa debruça-se sobre a restrição do acesso à terra indígena como constitutiva do momento atual entre os Yanomami. As noções de isolamento e distanciamento social são discutidas por Juliana Oliveira ao refletir sobre como os Korubo, da Terra Indígena do Vale do Javari, têm lidado com a pandemia, negociando riscos e anseios na própria relação com o corpo.

A produção de uma analítica nos termos de cada grupo é presente também no artigo de Felipe Johnson e Lucas Farias (2020) ao refletirem a situação da pandemia entre os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Esforço similar é empreendido por Celeste Medrano (2020) ao descrever o amansamento do vírus a partir da experiência de pesquisa entre os Qom, do Gran Chaco argentino.

Formas de governo e administração pública

Em um contexto no qual a efetividade da resposta pública depende da coordenação de ações, questões em torno da administração pública e das formas de governo aparecem em muitos dos trabalhos aqui apresentados. Seja entre populações em situação de rua na Cracolândia de São Paulo, ocupações no Rio de Janeiro, terras indígenas e mesmo na elaboração de procedimentos técnico-burocráticos, a figura do Estado é recolocada como um eixo articulador do momento pandêmico.

A partir de distintas configurações de periferias urbanas, a distribuição espacial e territorial da letalidade da pandemia é posicionada como uma dentre as muitas vulnerabilidades a que os sujeitos estão expostos. Patricio Trujillo (2020) retoma uma trajetória de quase dez anos de pesquisa para vislumbrar as (im)possibilidades de condução

de medidas sanitárias no contexto de um plano de governo que manifesta as contradições de uma política neoliberal no Equador. Priscila Santos e Michelle Domingues, por sua vez, em seu artigo interrogam os processos de vulnerabilização a que famílias trabalhadoras estão sujeitas ao negociarem e lidarem com múltiplas formas de exclusão dos processos estatais de viabilização do bem estar e de condições mínimas de vida no contexto de uma habitação popular na região central do Rio de Janeiro. A transformação dos mecanismos de desassistência estatais em uma necropolítica são tematizados por Ygor Delgado Alves e Pedro Paulo Gomes Pereira ao discutirem a pandemia entre pessoas em situação de rua e os efeitos da guerra às drogas na região da Cracolândia paulistana. No artigo, Alves e Pereira (2020) esforçam-se também para mapear as tentativas de lidar com os efeitos desses mecanismos de distribuição do poder de morte a partir de ações de coletivos e outras institucionalidades fora do arcabouço estatal. Algumas dessas questões são pontuadas também no trabalho de Florencia Landeira e Ana Gaitán ao repensar a administração dos filhos e os mecanismos de apoio estatais em bairros populares na Argentina.

A administração da vida no contexto prisional constitui o objeto de reflexão de Ítalo Siqueira ao refletir sobre os efeitos da pandemia no sistema prisional de Fortaleza. A desassistência descrita por Santos e Domingues (2020) e os efeitos do necropoder sobre áreas urbanas estigmatizadas, como relatam Alves e Pereira assumem proporções mais significativas no sistema prisional, implicando também uma necessária reavaliação dos protocolos de ética em pesquisa e mesmo a suspensão das atividades em campo, como argumenta Siqueira.

A dimensão técnico-burocrática do Estado, tão importante na construção do instrumental para lidar com a pandemia são abordados aqui a partir dos trabalhos de Barbara Moraes e Jonatan Sacramento. Partindo das relações entre ciência, técnica e Estado, os autores lidam com a produção de informes epidemiológicos, no caso de Moraes (2020) a partir das técnicas de controle dos dados, e no caso de Sacramento (2020) a partir de um esforço de aproximação entre o boletim epidemiológico e a campanha de erradicação da varíola.

Engajamentos e desdobramentos do trabalho de campo

Os movimentos de transformação observáveis no trabalho de campo e o modo como os pesquisadores se engajam neles podem ser vistos desde diversos lugares. O modo como interações mediadas por internet e redes sociais de compartilhamento e troca de mensagens interpelam a experiência religiosa são o objeto de reflexão do artigo de Caroline Bottino, Eva Scheliga e Renata Menezes, por exemplo. No artigo as autoras cruzam trajetórias de pesquisa em contextos diversos para pensar as recorrências desse processo de digitalização impulsionado pela pandemia e a constituição de um dos principais mecanismos em torno do

qual ela tem se estabelecido: a produção de conteúdo como memes, imagens, celebrações transmitidas por vídeos, entre outras.

Questões semelhantes são apresentadas na avaliação de Glaucia Maricato (2020) ao pensar as escalas do movimento de pessoas atingidas pela hanseníase e os cruzamentos entre epidemias, pandemias e endemias. Movimento semelhante é traçado por Silvana Matos e Ana Cláudia Rodrigues da Silva em sua abordagem sobre as continuidades e transformações entre as experiências da Zika e da Covid-19 em Pernambuco.

O engajamento entre comunidades de interlocutores que partilham aspectos comuns, ou mesmo a constituição de redes de acolhida e solidariedade são refletidos em alguns contextos aqui apresentados, a exemplo das práticas futebolísticas, de agremiações carnavalescas e de associações de apoio a migrantes estrangeiros e refugiados.

No seu artigo, Tiago Duarte Dias reflete sobre as redes de solidariedades entre curdos vivendo em Uppsala, na Suécia e o modo como o futebol se apresentou como um espaço de mediação e fortalecimento de vínculos tanto étnico-nacionais, como de afeto. Lucas Bártolo e João Gustavo Sousa, por sua vez reconstróem a atuação de escolas de samba na cidade do Rio de Janeiro e o espaço de apoio para lidar com a ineficiência da atenção estatal e governamental com as comunidades em que elas estão inseridas. Por fim, na tentativa de pensar tensionar os limites entre engajamento político e fazer científico, Alexandre Branco Pereira descreve e analisa as experiências junto a movimentos organizados de acolhida a migrantes em Guaianases, na zona leste de São Paulo. Estratégias de enfrentamento à precariedade e redes de apoio constituem também um dos eixos centrais da descrição das experiências de estudantes universitários no Mato Grosso do Sul descritos por Alves et al (2020).

Fluxos, movimentos e processos de transformação

Questões em torno do fechamento das fronteiras nacionais e os efeitos da suspensão dos fluxos transnacionais são abordados em alguns dos artigos e ensaios aqui reunidos. Bárbara Caramuru Teles reconstrói os efeitos do fechamento de fronteiras entre palestinos migrantes e refugiados. Jordão e Silva (2020), também partem do fechamento de fronteiras para pensar a interrupção momentânea dos projetos migratórios e imobilidade transnacional de haitianos no Brasil.

Os movimentos de securitização e os processos estatais de acolhida a migrantes venezuelanos e venezuelanas durante a pandemia são tema da reflexão de Iana Vasconcelos e Sandro Almeida Santos, a partir da experiência de campo que desenvolveram na cidade de Manaus. Partindo da interrupção do fluxo de turistas, Vinicius Venâncio (2020) reposiciona o debate para refletir sobre as transformações no fluxo de atividades econômicas entre mercadoras artesãs em Cabo Verde. No contexto de um país-arquipélago em que o turismo

se transformou em um dos principais motores da economia, o, mesmo que problemático, fluxo de turistas europeus para veraneio e temporadas de lazer e férias, foi elemento de uma reorganização do fluxo de trabalho, principalmente entre mulheres que chefiam famílias.

Os processos de administração e transformação nos significados e universos simbólicos em torno dos quais certos grupos são interpelados constituem objeto da reflexão de Simone Dourado (2020) em seu artigo sobre a conversão de idosos em grupos de risco, e também de Lays Mazoti Corrêa ao percorrer os processos orientalistas e xenofóbicos de exposição vexatória de pessoas com ascendência asiática.

Sociabilidades e emoções

O modo como as relações e sociabilidade foram reordenadas a partir de roteiros afetivos impactados pela impossibilidade do contato e da proximidade, bem como pela experiência do isolamento e do luto, constituem um bloco de reflexões aqui apresentadas. Partindo do espaço da cidade de São Paulo, o artigo de Luiz Henrique Toledo e Roberto Sousa Júnior (2020) interpela os debates sobre sociabilidade, corpo e cidade para propor a noção de uma sociabilidade pandêmica na qual o urbano e seu cotidiano é gerido por modos específicos de produzir e negociar com o distanciamento, seja por ritos específicos, seja pela utilização de artefatos como máscaras e faixas de segurança que impede a passagem.

As emoções são tematizadas também pelo ensaio de Alberto Andrade Neto (2020), que analisa a circulação da experiência do medo no contexto atual e as alternativas colocadas frente a ele. Para tanto, propõe um encontro entre a artista mineira Rivane Neuenschwander e a intelectualidade indígena contemporânea, por meio das reflexões de autores como Ailton Krenak e Chirley Pankará. Por sua vez, o grupo coordenado por Elisa Alegre Agis apresenta resultados parciais de uma pesquisa sobre o modo como afetos e emoções aproximaram-se de tecnologias digitais durante o isolamento social na Espanha. As autoras e autores apontam para uma crescente aproximação entre mídias digitais e emoções que, ainda que não específica desse momento, foram intensificadas com as medidas sanitárias e a instituição do *lockdown* em algumas cidades espanholas (ALEGRE AGIS et al, 2020). É nesse aspecto que convidamos os leitores a refletir sobre solidão, domesticidade e tempo que são tematizados no ensaio de Valentin Gatlan sobre o período de *lockdown* em Bucareste, na Romênia.

A dimensão dos afetos atravessa também o artigo de Ana Lucía Cordero e Paula Granados. Desde uma perspectiva feminista, as autoras registram suas experiências como mães e professoras para pensar o confinamento e como as ideias de casa e família reinstalam tensões que entre o mundo público e doméstico que interpenetram mutuamente durante as medidas de isolamento social na Espanha.

Incertezas e receios constituem o material primordial das reflexões de Pâmilla Ribeiro (2020), sobre um grupo de pescadores no Rio São Francisco, bem como do grupo de

autores constituído por Ana Maria Eugênio da Silva ao tematizar a sobreposição entre infraestrutura de saúde e pandemia no contexto de três grupos quilombolas no estado do Ceará (SILVA et al, 2020).

O conjunto dos textos aqui reunidos não se propõe uma visão total da pandemia. Ao contrário, ensaiamos um exercício de multiplicar as possibilidades interpretativas e enriquecer o debate a partir da identificação de encontros, semelhanças e particularidades em trajetórias de sujeitos, grupos e coletividades específicas. Este volume é dedicado à memória das vidas perdidas durante os últimos meses. A nós, que ficamos, esperamos que seja possível seguir bem e saudáveis. Boa leitura a todas e todos.

Referências Bibliográficas

- ALEGRE AGÍS, Elisa; CARCELLER-MAICAS, Natalia; BERTRAN, Xavier Cela; MARTÍNEZ-HERNÁEZ, Àngel; EVANGELIDOU, Stella. (2020). “Emociones y relaciones en tiempos de la COVID-19: una etnografía digital en tiempos de crisis”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 204-215
- ANDRADE NETO, Alberto Luiz de. (2020). “Breves notas sobre o medo e o mundo como nave”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.310-138.
- BÁRTOLO, Lucas; SOUSA, João Gustavo Martins Melo de. (2020). “Notas sobre as escolas de samba e a pandemia do novo coronavírus”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 194-203
- BENUCCI, Thiago Magri; JABRA, Daniel Stiphan. (2020). “Sair para o mato: estratégia yanomami contra a Covid-19”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.26-33
- BOTTINO, Caroline Martins de Melo; SCHELIGA, Eva Lenita; MENEZES, Renata de Castro. (2020). “Experimentos etnográficos em redes e varandas: a religião em tempos de pandemia”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.289-301
- BRANCO PEREIRA, Alexandre. (2020). “Etnografar e intervir: Relato de uma antropologia engajada”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 216-224
- BUTLER, Judith. (2006). *Vidas precarias: el poder del duelo y la violencia*. Barcelona: Paidós.
- CORDERO, Ana Lucía Hernández; GRANADOS, Paula González. (2020). “La conciliación no existe y las madres lo sabemos’: los malabarismos de las madres trabajadoras durante el Covid-19”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.114-123

- CARAMURU TELES, Barbara. (2020). "Palestinos migrantes e refugiados e o fechamento de fronteiras na pandemia COVID-19". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.278-288
- DIAS, Tiago Duarte. (2020). "Dalkurd FF: being an Uppsala club during the pandemic". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 105-113
- DOURADO, Simone Pereira da Costa. (2020). "A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em 'grupo de risco'". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 153-162
- FABIAN, Johannes. (1983). *The Time and the Other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.
- FASSIN, Didier. (2007). *When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa*. Oakland: University of California Press.
- FASSIN, Didier. (2020). "Comment le coronavirus interroge-t-il le prix de la vie?". Entrevistador: Emmanuel Laurentin. Entrevistados: Didier Fassin, Vladimir Safatler. Podcast *Le temps du Débat*, 11-set-2020. Paris: France Culture.
- GATLAN, Valentin. (2020). "Slow time: Romanian domesticity and the world outside in times of coronavirus pandemic". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.16-24.
- HARAWAY, Donna. (1995). "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, vol.5. Campinas, p.07-41.
- JOHNSON, Felipe Mattos; FARIA, Lucas Luis. (2020). "Pandemias, profecias e autonomias: os Guarani e Kaiowá contra a COVID-19". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.42-52
- JORDÃO, Roziane da Silva; SILVA, Sidney Antonio da. (2020). "Coronavírus e interdição da mobilidade em tempos de crise: impactos da Covid-19 para os projetos migratórios de haitianos no Brasil". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.75-84
- MARICATO, Glaucia. (2020). "Entre uma nova epidemia e uma velha endemia: notas sobre as ações dos movimentos de pessoas atingidas pela hanseníase ao longo da pandemia da COVID-19". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 163-172
- MAZOTI CORRÊA, Lays Matias. (2020). "Em tempos de pandemia, (des)orientar-se: breves considerações sobre cultura e alimentação na China". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.135-143
- MEDRANO, Celeste. (2020). "Ejemplos' indígenas, el Covi-cho y algunos tips anti fines de mundo". *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 173-181
- MONTGOMERY, Deanna. (2020). "I'm not contributing to coronavirus research, and that's okay". *Nature*. DOI 10.1038/d41586-020-02316-2. Acesso em 29/09/2020.

- MORAES, Bárbara. (2020). “A arte de governar os dados em tempos de Covid-19”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.124-134
- MOUTINHO, Laura; CESARINO, Pedro de Niemayer; CAIUBY, Sylvia. (2020). “A produção científica em tempos de coronavírus”. *Revista de Antropologia*, vol.63, n.1. São Paulo, pp.7-11.
- LANDEIRA, Florencia Paz; GAITÁN, Ana Cecilia. (2020). “Covid y sostenibilidad de la vida repensar las prácticas estatales desde la precariedad”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp. 144-152
- OCHOA, Marcia (2004) “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, pp. 239-256.
- OLIVEIRA, Esmael Alves; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; ROSA, Marcelo Victor da; DUQUE, Tiago. (2020). “‘Salve-se quem puder’: dilemas de estudantes das universidades federais do Mato Grosso do Sul em tempo de pandemia. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.65-74
- OLIVEIRA SILVA, Juliana. (2020). “O isolamento é possível? O caso de um povo de recente contato do Vale do Javari”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.244-254
- PEIRANO, Mariza. (1999). *Alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil*. Brasília: UnB. (Série Antropologia).
- RIBEIRO, Pâmilla Vilas Boas Costa. (2020). “O extraordinário do rio São Francisco em meio às incertezas do Coronavírus”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.266-277
- SANTOS, Priscila Tavares dos; DOMINGUES, Michelle Lima Domingues. (2020). “O segundo tempo da exclusão: o caso das famílias trabalhadoras da moradia popular na região central do Rio de Janeiro e a epidemia do Covid-19” *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.255-265
- SILVA, Ana Maria Eugênio da; FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva; NASCIMENTO, João Luis Joventino; RAFAEL, Francisco Levy Freitas. (2020). “Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.235-243
- SIQUEIRA, Italo Barbosa Lima. (2020). “The adversities of anthropological ethnography in prison contexts”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.302-309
- SACRAMENTO, Jonatan. “Números, casos e (sub)notificações: a vigilância epidemiológica e o boletim epidemiológico como tecnologias do biopoder”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.182-193

- SOUSA, Marina. (2020). “De xawara, estratégias nativas e a pesquisa antropológica na Terra Indígena Yanomami”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.34-41
- TOLEDO, Luiz Henrique de; SOUZA Júnior, Roberto de Alencar Pereira. (2020). “Sociabilidade pandêmica? o que uma Antropologia urbana pode dizer a respeito da crise deflagrada pela COVID-19”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.53-64.
- TRUJILLO, Patricio. (2020). “Si salimos nos mata el virus, si nos quedamos nos mata el hambre: etnografía del coronavirus en Guayaquil”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.85-93
- VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins Almeida. (2020). “A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.94-104
- VENANCIO, Vinicius. (2020). “Dos souvenirs às máscaras de proteção: notas sobre turismo e produção de artesanatos em Cabo Verde em tempos pandêmicos”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, pp.225-234

sobre os autores e autoras

Esse Editorial é assinado coletivamente pelos membros da Comissão Editorial da *Cadernos de Campo*. Participaram de sua elaboração Thiago de Lima Oliveira, Lennon Oliveira Matos, Bianca van Steen Mello Laurino, Marina Ghirotto Santos, Aline Ferreira Oliveira e Aline Regitano.